EMINENTE MARATONA DE GREVES EM ANGOLA vs PRIORIDADES EVIDENTES DO GOVERNO|| UM OLHAR AO PARADOXO SOCIOPOLÍTICO A LUZ DO SERVIÇO SOCIAL

Sob lema ''TRABALHAR MAIS & COMUNICAR MELHOR'', o novo governo dispensou os 100 dias para submeter-se ao escrutínio social, desde o retomar dos ajustes directos à confusão na definição de prioridades.
Se no mandato anterior (2017-2022), onde a retórica política andou a volta do ''CORRIGIR O QUE ESTÁ MAL E MELHORAR O QUE ESTÁ BEM'' levantou-se a necessidade de um Bairro dos Ministérios, um Ginásio Parlamentar ou uma Clínica Dentária Presidencial, quando a tónica das grandes realizações apontava para a diversificação da economia e na prática o balanço tem como palavras-chave: Covid-19 e Conjuntura internacional; neste mandato (2022-2027), não tende a ser diferente, o discurso a apontar para uma atenção especial ao sector social, a prática a caminhar para uma assincronia, sempre na lógica da megalomania.

Há quem considere demasiadamente prematuro fazer-se uma leitura sucinta sobre o que virá a ser a performance do novo governo de antigos governantes, uma vez ainda não aprovado o primeiro O.G.E do mandato.

Todavia, tendo o conhecimento científico a função social primordial de melhorar a qualidade de vida, por meio da previsão dos fenómenos, como Assistente Social, tenho já algumas conjecturas a partir do ângulo em que me encontro.

Primeiro, entendo que o O.G.E enquanto instrumento de previsão de receitas e despesas, a sua concepção obedece aos desafios, aspirações e metas na perspectiva de quem o concebe.
Logo, se a partida as aspirações forem aquelas que temos vindo a ler no facebook e ouvir nos noticiários, então tenhamos a certeza de que este mandato promete convulsões a vários níveis para todos incómodos.

Segundo, percebe-se claramente que, até ao momento não se fez uma leitura minuciosa dos resultados das eleições, causas e consequências, mais uma vez, a surdez e a teimosia

típica do governo fazem toda a diferença ante uma sociedade entregue à indigência, porém, cada vez mais contundente nas suas reivindicações.

A percepção que se tem é que, na concepção das politicas públicas em Angola, a definição de prioridade é impositivo, não resulta de uma agenda consensual e aqui tem-se a mania de inventarem-se problemas para avolumar bolsos dos detentores de cargos públicos.

Abraham Maslow ao conceber a pirâmide das necessidades, terá percebido que, para o sucesso na moralização social, era preciso antes saciar a fome dos indivíduos. Neste entretanto, Maslow sugere que:

1º. A pessoa precisa respirar, comer, beber água, fazer sexo e dormir num lugar cómodo. A isto, ele chamou, realização fisiológica, que é de satisfação primária e imediata.

2º A pessoa precisa viver no seio de uma família em segurança. com emprego, saúde e educação. A isto, ele chamou realização de segurança, que são de satisfação automática na dependência com as anteriores.

3º A pessoa precisa de viver numa comunidade/sociedade, ter amizades e gozar de amor e carinho. A isto, ele chamou realização social, que é de realização logo a seguir na ordem crescente.

4º A pessoa precisa de reconhecimento social, auto-estima, inclusão e status. A isto, ele chamou realização de estima, que é de satisfação consequente das anteriores.

5º A pessoa precisa desenvolver seu talento, sua criatividade e imaginação. A isto, Maslow chamou realização pessoal, dependente das realizações anteriores.

Pelo que, pensar-se em formar astronautas num contexto de fome extrema, além de suicida é uma ideia utópica.

Em anos anteriores, já escrevi sobre a fragmentação das instituições angolanas, onde cada Ministério concebe seus projectos unilateralmente e depois choca na implementação com outro Ministério, o exemplo mais visível e recorrente é o das Obras Públicas, Energia e Águas, Comunicação Social e Transportes. Depois de feita uma estrada, lembra-se depois da necessidade de passar debaixo dela uma conduta de água ou cabo de fibra-óptica, interrompe-se o transito, parte-se a estrada e fazem-se as escavações para obras de outros serviços.

Isto reflecte a descoordenação governativa, que em consequência afecta o cidadão.
Ao meu ver, o paradoxo está assente na falta de uma agenda nacional da qual poderiam emanar as prioridades das políticas públicas, porque quando se aspira o desenvolvimento substituindo-se o combate a fome por prioridades como compras de drones, é sinal de que estamos a deriva politicamente.

Não raras vezes, a alusão que se faz sobre a atenção ao sector social, está consubstanciada no betão, basta ver a imponência de infraestruturas que temos e a qualidade das pessoas que as gerem, significa que precisamos articular e harmonizar o crescimento ao desenvolvimento com reflexo na pirâmide de Maslow, num contexto de escassez de recursos, definir prioridade exige prudência, sob pena de resvalar-se num dilema permanente.

Se virmos bem, de 2017 para cá, os níveis de contestação ao governo aumentaram significativamente, a leitura objectiva disto, compreende-se facilmente pela degradação social das condições de vida dos cidadãos, contrariamente a tese de uma suposta abertura política. Aumentou-se a carga de impostos sobre o cidadão e consequentemente, diminuiu o poder de compra , isto gerou uma marginalização social generalizada.

Sair deste estado de coisas para o estado ideal e normal de uma sociedade democrática e de direito, precisamos deixar de simular auscultações e forjar problemas, bem como estabelecimento de um pacto social baseado no interesse público nacional, no

compromisso da governação com a cidadania, isto requer abandonar o estilo reactivo da acção governativa, para o modelo proativo, substituir a incompetência decorativa pela tecnocracia operativa e promover-se o mérito no lugar da julação.

Portanto, as anunciadas greves dos Professores do Ensino Superior e dos Enfermeiros, são consequência do fracasso do mandato anterior. E, como o governo é o mesmo, a realidade é a mesma e as práticas são as mesmas, outro resultado não deveríamos esperar, urge a necessidade de fazermos uma paragem, reflectir, para em seguida corrigir o que já vai pior e melhorar o que ainda está bom. Isto implica revisão das condições de intervenção do FMI em Angola, definição de prioridades sectoriais de acordo a realidade local envolvendo o homem local em suas múltiplas dimensões, pois que ‘‘TRABALHAR MAIS E COMUNICAR MELHOR’’ significa:

1. Gestão honesta do érario (património comum);
2. Respeito à dignidade das pessoas;
3. Garantia do bem-estar social das pessoas;
4. Disponibildade ao dialogo franco e aberto;
5. Caminhar de mãos dadas sem queimar etapas nem colocar a carroça a frente dos bois.

Pelo autor,

As. Social Lopes Joaquim (Luanda, 25/10/2022)